

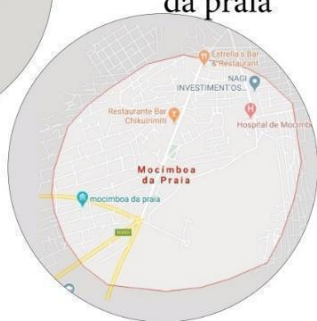
Conflict Weekly

Governança para a Paz em
Cabo Delgado
Julho a Dezembro de 2020

Montepuez



Mocimboa da praia



Gondola



Inchope



Assembleia da República



Presidência da República



The current focus of peacebuilding in the direct violence committed by insurgents in Cabo Delgado seems to be merely benefiting those who control the reins of structural violence.

In Mozambique, the reality in the ground seems to indicate that the government and its international partners are unable to propose governance programs that are amenable to peace building, besides making grandiose humanitarian proclamations on behalf of the need to help the victims. Even civil society falls prey to this trend, failing to propose governance measures that lead to a real shift of power towards those citizens and region that are forced to take to arms to be heard.

From a Governance for Peace perspective, we suggest that the locus for peace building in Mozambique is in institutions based in Maputo (at Versalhes, Pereira do Lago, and Ponta Vermelha), in Brussels and Washington. It is there where we find those who control the reins of power and that decide on policies and programs that lead to the structural violence feeding discontent in rural areas of Mozambique.

This document and others related to violence in Mozambique can be accessed at: <https://cepcb.org.mz/category/conflict-weekly/>

CABO DELGADO: ENTRE CLAMORES HUMANITÁRIOS E O VAZIO DA CONSTRUÇÃO DA PAZ

Conflict Weekly

Edição Especial Número 2, Fevereiro de 2021

Autores: Milissão Nuvunga & Ermenegildo Madede

Este artigo foi escrito tendo como base os resumos informativos produzidos pelo CEPCB sobre a violência em Moçambique no âmbito do seu projecto de educação política “Marcas da Violência”. Usando exemplos do Holocausto Judeu, do Genocídio Ruandês e da participação do Terceiro Mundo na Libertação da Europa na Segunda Guerra Mundial, o projecto mostra como a história pode ser usada para empoderar mentes e ajudar a combater o extremismo, a discriminação e a marginalização política de pessoas e grupos. A recolha de informação sobre a violência em Moçambique pretende, trazendo dados de 1960 ao presente, educar os jovens para estes serem cidadãos conscientes e activos na luta contra a violência no país.

EQUIPE DO PROJECTO MARCAS DA VIOLÊNCIA

Coordenador - Milissão Nuvunga

Assistente de Coordenação - Daniela Joane

Guias nas exposições: Arcélia Ngomane, Daniela Joane, Eduardo Changule, Ermenegildo Madede, Pedro Chimuze

Pesquisadores afiliados: Arcélia Ngomane, Daniela Joane, Dilvan Chivangue; Eduardo Changule; Ermenegildo Madede; Ernesto Wate; Figórcia Furuma; Isabel Matias; Pedro Chimuze; Sheid Massave

Conteúdo

Sumário Executivo.....	4
Introdução	5
Critérios para uma governação para a paz	7
O grande dilema: Conflito com vítimas, mas sem culpados	9
Causas, suas explicações, e actores que as propõem	11
Causas económicas.....	11
Causas políticas	11
Causas religiosas.....	12
Em jeito de conclusão.....	14
Anexos: Tabelas de Causas Actores e Posicionamentos.....	15
Tabela 1: Causas da violência e actores proponentes	15
Tabela 2: Posicionamento dos diferentes actores sobre a violência política em Cabo Delgado em 2020.....	1

Sumário Executivo

A relação entre a paz e a governação não foi uma descoberta saída dos fracassos políticos moçambicanos nos seus 45 anos de independência. Existe uma vasta literatura sobre o assunto, saída tanto de questões normativas ligadas às convenções internacionais sobre os direitos humanos e políticos, como também da experiência prática adquirida ao longo de décadas de processos de construção de paz e de ajuda ao desenvolvimento. Os actores que aparecem hoje a aconselhar o governo sobre a necessidade da paz possuem conhecimentos profundos sobre como fazer uma governação para a paz desde os primórdios da fundação da Organização das Nações Unidas e do processo de descolonização em África.

Tudo parece indicar que actores domésticos e internacionais com vasta experiência de prevenção, gestão, mitigação e resolução de conflitos não conseguem propor programas de governação que evitem conflitos em Moçambique. Esses actores, domésticos e internacionais, se refugiam na barbaridade dos actos cometidos no teatro da guerra para embarcar em acções de caridade que mais parecem obscurecer sentimentos óbvios de mea-culpa.

Para averiguar isso, o CEPCB analisou o conteúdo de perto de 800 notícias publicadas em 2020 sobre o conflito em Cabo Delgado como forma de identificar dois aspectos: 1) que actores se pronunciaram sobre o conflitos, e o que disseram sobre o mesmo conflito; e 2) que causas foram identificadas sobre o conflito, e que actores avançam essas diferentes causas. Essa informação foi agrupada em duas tabelas, uma de actores e seus posicionamentos, e outra de causas, as formas como as causas são descritas, e os actores que falam das diferentes causas. As tabelas são similares, mas servem para propósitos diferentes.

Mesmo o espaço da sociedade civil, capturada e gerida tal como o Estado a partir de Maputo, pouco oferece em termos de propostas concretas de uma governação para a paz, tirando propostas que em pouco mudam a relação de poder entre as OSC e os actores sociais e políticos locais, ou mesmo em termos de uma maior voz no processo de tomada de decisão para as zonas onde residem aqueles que sofrem directamente com as atrocidades cometidas pelos dois lados no conflito. Apesar de todas as causas parecerem intuitivamente correctas, poucos actores identificam processos de governação concretos que podem ser criados, mudados ou anulados para trazer a paz.

Numa perspectiva de governação para a paz, a nossa análise conclui que o problema da guerra em Moçambique não reside em Cabo Delgado e nos insurgentes, mas sim nas políticas aprovadas e implementadas por instituições baseadas em Maputo (na Versalhes e na Pereira do Lago e em Bruxelas e Washington). É nestes fóruns onde se decidem as formas de participação na governação, e as regras de acesso ao bem-estar económico e social que parecem estar por detrás dos conflitos no país. *O foco da construção da paz na violência directa dos insurgentes parece estar a ilibar os que controlam os cordelinhos da violência estrutural.*

Introdução

Desde 2017, a província de Cabo Delgado está a ser assolada por uma insurreição armada que, pela sua ferocidade, levou ao abandono, pelas populações, de grande parte dos distritos das regiões centro e norte da província. Até Dezembro de 2020, estimava-se que o conflito já havia feito mais de 2000 mortos e mais meio milhão de deslocados¹. O drama que se vive na província de Cabo Delgado inspirou acções de solidariedade a nível nacional e global, de actores públicos, privados, movimentos de cidadãos, partidos políticos, etc. Por outro lado, a situação na província foi alvo de debates em organizações regionais, continentais e internacionais como a SADC, a União Africana, a União Europeia e as Nações Unidas. No caso desta última, o seu Secretário Geral nomeou um enviado especial para Moçambique, na pessoa de Mirko Manzoni.

É urgente lidar com a aparente separação entre a governação e as formas de vida dos Moçambicanos, não só na questão da paz e violência directas, como também nas condições subjacentes a essa guerra. Por exemplo, na altura de edição deste artigo, o governo veio ao público anunciar que a sua política de juventude havia sido implementada com sucesso em 2020. Nem a pandemia e suas medidas draconianas de contenção, e nem duas guerras internas foram capazes de influenciar o sucesso do seu projecto de governação quando tem a ver com a melhoria das condições de vida dos jovens (muitos deles vítimas nos conflitos). A notícia do jornal O País retirada da sua publicação online resume este nosso espanto:

Apesar da conjuntura dilacerada, em quase todos os sectores, devido à pandemia da COVID-19, o Governo faz um balanço positivo à implementação da Política da Juventude em 2020, instrumento virado à melhoria da qualidade de vida dos adolescentes e jovens, através da promoção do acesso à educação, saúde, emprego, habitação, prevenção e combate às uniões forçadas e gravidezes precoces.¹

Neste contexto, o facto do governo ter a legitimidade de declarar sucesso na implementação de uma política direccionada aos jovens num contexto de crise surgida após o desenho da política mostra claramente que a sua política pouco tem a ver com o bem-estar do grupo alvo.

A relação entre a paz e a governação não foi uma descoberta saída dos fracassos políticos moçambicanos nos seus 45 anos de independência. Existe uma vasta literatura sobre o assunto, saída tanto de questões normativas ligadas às convenções internacionais sobre os direitos humanos e políticos, como também da experiência prática adquirida ao longo de décadas de processos de construção de paz e de ajuda ao desenvolvimento. Tudo parece indicar que actores domésticos e internacionais com vasta experiência de prevenção, gestão, mitigação e

¹ Magazine Independente (2020) Covid-19 e terrorismo, Edição 705, 22 de Dezembro de 2020, (Pág. 04).

resolução de conflitos não conseguem propor programas de governação que evitem conflitos em Moçambique. Os actores que aparecem hoje a aconselhar o governo sobre a necessidade da paz possuem conhecimentos profundos sobre como fazer uma governação para a paz desde os primórdios da fundação da Organização das Nações Unidas e do processo de descolonização em África.

Para averiguar isso, o CEPCB analisou o conteúdo de perto de 800 notícias publicadas em 2020 sobre o conflito em Cabo Delgado como forma de identificar dois aspectos: 1) que actores se pronunciaram sobre o conflitos, e o que disseram sobre o mesmo conflito; e 2) que causas foram identificadas sobre o conflito, e que actores avançam essas diferentes causas. Essa informação foi agrupada em duas tabelas, uma de actores e seus posicionamentos, e outra de causas, as formas como as causas são descritas, e os actores que falam das diferentes causas. As tabelas são similares, mas servem para propósitos diferentes.

A tabela de actores e seus posicionamentos permite ao leitor saber o que por exemplo o partido Frelimo ou a União Europeia pensam sobre conflito, e facilita encontrar a informação sobre actores específicos. A tabela sobre as causas, e as explicações sobre as causas, já avança a possibilidade de melhor compreensão sobre o conflito e a possibilidades de futura intervenção em matéria de construção da paz. Permite também saber de que forma os diferentes actores se vão posicionar (se para apoiar ou bloquear) em relação a possíveis soluções sobre a paz.

Numa perspectiva de governação para a paz, a nossa análise conclui que o problema da guerra em Moçambique não reside em Cabo Delgado e nos insurgentes, mas sim nas políticas aprovadas e implementadas por instituições baseadas em Maputo (na Versalhes e na Pereira do Lago e em Bruxelas e Washington). É nestes fóruns onde se decidem as formas de participação na governação, e as regras de acesso ao bem-estar económico e social que parecem estar por detrás dos conflitos no país. *O foco da construção da paz na violência directa dos insurgentes parece estar a ilibar os que controlam os cordelinhos da violência estrutural.*

Critérios para uma governação para a paz

A relação entre a paz e a governação não foi uma descoberta saída dos fracassos políticos moçambicanos nos seus 45 anos de independência. Existe uma vasta literatura sobre o assunto, saída tanto de questões normativas ligadas às convenções internacionais sobre os direitos humanos e políticos, como também da experiência prática adquirida ao longo de décadas de processos de construção de paz e de ajuda ao desenvolvimento. Os actores que aparecem hoje a aconselhar o governo sobre a necessidade da paz possuem conhecimentos profundos sobre como fazer uma governação para a paz desde os primórdios da fundação da Organização das Nações Unidas e do processo de descolonização em África.

Para Conor Seyle², existe uma relação directa entre governação e paz. “Governação” refere-se ao sistema de regras e procedimentos que as pessoas usam para resolver disputas colectivas e distribuir bens públicos. O domínio da governança inclui normas e políticas para orientar o sistema, protecção contra ameaças internas e externas e o fornecimento de bens e serviços públicos. Os elementos essenciais da governação incluem instituições, mecanismos de conformidade e sistemas de cooperação e comunicação entre os actores sociais.

A inclusão, a participação, a transparência, a responsabilização, e o desenvolvimento são palavras-chave no entendimento da governação para a paz. A governação é inclusiva quando olha para questões como participação igual, tratamento igual e direitos iguais perante a lei³. Isso implica que todas as pessoas, incluindo os pobres, mulheres, grupos étnicos e minorias religiosas, povos indígenas e outros grupos desfavorecidos, têm o direito de participar significativamente nos processos de governação e influenciar as decisões que os afectam. Também significa que as instituições e políticas de governação são acessíveis, responsáveis e responsivas aos grupos desfavorecidos, protegendo seus interesses e proporcionando a diversas populações oportunidades iguais de serviços públicos como justiça, saúde e educação.

Em termos de participação, isso significa a “presença regular e garantida ao tomar decisões vinculativas de representantes dessas colectividades que serão afectadas pela política adoptada.” Portanto, a ideia central da governação participativa é dar "voz e voto" aos indivíduos que são mais afectados pelas políticas que são implementadas - a população local (...)⁴. A transparência e a responsabilização pretendem garantir que os cidadãos tenham uma ideia muito clara do que o seu governo está fazendo e como está sendo gasto o dinheiro dos impostos. Com transparência, as decisões tomadas pelo governo são conhecidas, disponíveis

² **Conor Seyle**, *Governance for Peace*, OEF Research, (pag.2)

³ **Clarence Dias & R. Sudarshan** (2007) *Introduction: Inclusive governance for human development*, UNDP Regional Centre in Bangko (Pag.01)

⁴ **Peter Ulrich** (2016) *Participatory governance in the Europe of the (cross-border) Regions. The example of the European Grouping of Territorial Cooperation (EGTC)* (Pag. 161).

gratuitamente e compreensíveis para aqueles que são afectados pelas decisões e até mesmo para o público no geral. Essa abertura importa, não só para diminuir a corrupção, mas também para instilar legitimidade e tornar a sociedade menos vulnerável à desestabilização⁵.

Era suposto que a inclusão, participação, transparência e responsabilização tivessem um impacto real na vida das pessoas, medido em termos do desenvolvimento humano, que é entendido aqui como sendo algo qualitativo, directamente ligado às pessoas, àquilo que elas almejam para si e para suas famílias, cuja finalidade é o resgate ou a conquista da dignidade da pessoa humana, dos direitos fundamentais individuais e o consequente, desenvolvimento dos direitos da personalidade⁶.

⁵ **United States Institute of Peace** (2003) *Governance, corruption, and conflict*, Washington, D.C. (Pag. 12)

⁶ **Gina Pompeu & Maria Frias** (2013) *Crescimento econômico, desenvolvimento humano e sustentabilidade: análise do direito social à alimentação adequada*, (pag.03)

O grande dilema: Conflito com vítimas, mas sem culpados

A julgar pelos pronunciamentos das diferentes instituições e indivíduos sobre a necessidade da paz, poucas propostas coerentes e concretas foram avançadas e que trazem alguma esperança de um processo de construção de paz estável e duradouro. É nossa percepção que o debate está cheio de “erros” aparentemente deliberados de formulação do problema e de exposição sobre as causas do conflito. Esses erros aparentes têm a ver com o facto do governo e os seus parceiros de cooperação se recusarem a discutir a implementação de uma Governação para a Paz no país. Para início de qualquer discussão sobre as aparentes causas do conflito e suas formas de resolução, torna-se importante aceitar que:

1. O conflito é conduzido por jovens que vivem nas zonas rurais e por elites desses mesmos locais, o que indica que o que pode estar errado é a interação entre o Estado e os cidadãos nas zonas rurais, algo que não é objecto de alarido nos salões políticos de Maputo - é preciso olhar para como reformar as dinâmicas locais de governação;
2. As actuais propostas de paz assumem que esses jovens, por desestabilizarem o processo normal de governação, deviam ser capazes de apresentar soluções para a paz que sejam compreensíveis para as elites nacionais e internacionais baseadas em Maputo - é preciso talvez aceitar que a razão que luta para destruir a opressão rural pode não ser capaz de racionalizar e construir a governação nacional;
3. Os actores que aparecem a condenar o conflito e a apresentar prováveis soluções para a paz são ao mesmo tempo, e em diversas vertentes, responsáveis pela criação das condições de governação local nas quais o conflito se desenrola - é preciso mencionar de forma clara que formas de governação serão mudadas e que projectos de desenvolvimento as partes consideram terem estado por detrás do conflito.

Sendo assim, a questão mais importante aqui a ser colocada teria a ver com como entender que actores domésticos e internacionais com vasta experiência de prevenção, gestão, mitigação e resolução de conflitos conseguem implementar programas de governação que levam a conflitos em Moçambique. Como foram esses programas desenhados? Entendendo que Moçambique viveu ao longo dos anos em constantes conflitos político-militares, como entender que os programas de ajuda ao desenvolvimento não resolveram este assunto? Antes de começarmos, como Moçambicanos e amigos do povo de Moçambique, a clamar pela paz, seria interessante evitar que aqueles que hoje aparecem a querer aproximar o governo da

Junta Militar da Renamo e dos Insurgentes em Cabo Delgado, não sejam os mesmos que foram responsáveis pelas condições de governação que levam aos conflitos em Moçambique.

Muitos dos elementos de uma relação saudável entre a governação e a prevenção de conflitos já estão presentes no menu da governação moçambicana: transparência, responsabilização, prestação de contas, e redistribuição dos recursos:

- 1) Os sistemas de responsabilização devem garantir que as leis se aplicam a todos os cidadãos
- 2) Instituições corruptas e irresponsáveis podem fomentar comportamentos autocráticos e assim contribuir para a violência
- 3) É importante que as instituições garantam transparência nos processos de tomada de decisão, distribuição de recursos e prestação de contas.
- 4) Os sistemas de governação devem proporcionar um desenvolvimento humano eficaz na forma de educação, saúde, oportunidades económicas e de acesso a bens públicos essenciais.

Causas, suas explicações, e actores que as propõem

Das notícias recolhidas, três tipos de causas foram identificadas: económicas, políticas e religiosas. Apesar de todas as causas parecerem intuitivamente correctas, poucos actores identificam processos de governação concretos que podem ser criados, mudados ou anulados para trazer a paz.

Causas económicas

O conflito tem causas económicas pois considera-se que os insurgentes ou pretendem obter ganhos económicos directos tanto a partir de empreitadas próprias ou reivindicando benefícios económicos do governo. Segundo alguns actores, a motivação dos insurgentes está ligada a questões como:

1. Facilitar a rede internacional de tráfico de drogas;
2. Viabilizar as actividades informais e ilegais de mineração, pesca, etc.;
3. Exclusão económica e expropriação de terras;
4. Falta de oportunidades de emprego; e,
5. A pobreza, que tem facilitado na criação da instabilidade.

Apesar das causas económicas aparecerem como as mais evidentes no recrutamento dos jovens para o conflito, as propostas de solução são extremamente vagas. A única categoria de proposta direccionada a isso tem a ver com:

1. Impulsionar o desenvolvimento da região e promover o emprego.

Membros do governo e representantes dos partidos políticos da oposição e alguns membros da sociedade civil partilham desta visão, sem contudo ir mais a fundo nas explicações sobre que programas desenvolvimento e projectos de promoção de emprego haveriam de ter um impacto na solução das causas dos conflitos.

Causas políticas

O segundo grupo de causas foi na categoria de causas políticas, significando aqui que o comportamento dos insurgentes deve ser entendido com base na sua intenção de atingir o

governo como uma unidade política. No tocante às causas políticas, os seguintes factores são identificados:

1. Atingir o projecto de gás;
2. Inviabilizar toda e qualquer exploração dos recursos por parte dos “ocidentais”.
3. Desencorajar investimentos.
4. Falta de partilha de recursos.

As propostas para a solução do problema da guerra e Cabo Delgado são maioritariamente de cariz militar, que vão desde o reforço da capacidade militar do governo para parar com os ataques e proteger os civis, até a “uma negociação entre o Estado Moçambicano e os Cidadãos Moçambicanos” que “estão a apoiar” a “ofensiva Jihadista” no norte do país, como mencionou um dos actores. As propostas são essencialmente reativas, por exemplo solicitando o fim do uso de mercenários que saqueiam recursos naturais, pedindo a intervenção dos países vizinhos e da comunidade internacional “sem hipocrisia”, como mencionado numa das notícias sem se ter aprofundado sobre o conteúdo dessa hipocrisia. Outros sugerem uma intervenção balanceada, uma mistura entre respostas militares e económicas para tanto parar com os insurgentes como também travar os motivos que levam os jovens a se juntar aos insurgentes.

Se de facto o conflito é sobre identidades, então fica difícil entender como a melhoria de condições económicas dos jovens vai resolver isso. É difícil ver como identidades políticas e/ou religiosas uma vez forjadas num contexto de relacionamento político antagónico com o Estado, podem ser eliminadas através de actos de repressão. Existe a tendência de considerar que as pessoas que abraçam a resistência política em nome do jihadismo o fazem usando o jihadismo como capa para ocultar necessidades materiais. Contudo, o exemplo do Estado Islâmico do Iraque e Levante mostra que os jovens que foram lutar, massacrar e morrer nessa guerra fratricida não se contavam entre os muçulmanos mais pobres, pelo contrário. Osama Bin Ladin não foi uma aberração, muitos outros surgiram como ele em diversos níveis.

Olhando para a questão da “falta de partilha de recursos” ou de “cobiça”, o que ressalta aqui é o facto de se aceitar que 1) existem recursos a serem distribuídos e que 2) os jovens entendem dos critérios de redistribuição de recursos mas tomam uma decisão consciente ou manipulada de “não aguardar pela sua vez”. Dos actores que atribuem aos insurgentes motivações políticas destacam-se as FDS/Ministério do Interior, a SADC, a ONU, União Europeia, os próprios insurgentes e organizações da sociedade civil e académicas.

Causas religiosas

Por último, outra causa do conflito é considerada como sendo a religiosa, onde os insurgentes lutam para conseguir um espaço onde a governação esteja baseada nos princípios islâmicos e não cristãos, como até o presente. neste sentido a motivação dos insurgentes se ligam a:

1. Uma tentativa de estabelecer um califado em Cabo Delgado.

Como forma de resolver as causas religiosas, as propostas avançadas foram de promover uma negociação entre lideranças religiosas na província de Cabo Delgado (tanto islâmicas como católicas) com as lideranças dos insurgentes.

Este tipo de propostas, avançada por algumas organizações da sociedade civil, aponta para um potencial problema da amnésia colectiva no país. Os actores oferecem soluções sem uma análise crítica ou ideias concretas sobre a forma como essas instituições religiosas se relacionam com o Estado, e o passado do relacionamento entre o governo e as igrejas quando se trata de processos de paz. Até que ponto o governo aceitou no passado a intervenção das igrejas ou de actores sociais no processo de mediação de conflitos, e a forma como essa mediação vai levar para uma governação para paz, tem muito a ver com até que ponto o governo está disposto a aceitar a inclusão de outros elementos internos no Estado ou na governação que não sejam membros da Frelimo ou leais ao partido.

Em jeito de conclusão

Uma conclusão básica da leitura dos posicionamentos dos autores é que em Moçambique, tanto o governo como os seus parceiros parecem estar a “desaprender” a governar à medida que o tempo passa. Com o tempo, estes actores aceitam como normal pontos de partida que haviam considerado de inaceitáveis antes, tal como quando doadores convidam os grupos armados a entrar no jogo democrático quando o princípio básico da democracia no país, que é a despartidarização do Estado não existe. A imagem das chancelarias ocidentais a viajarem para a selva de gorongosa por exemplo pode ser muito mediática, mas atesta para o grau de incapacidade dos actores internacionais em democratizar o Estado a partir de Maputo onde as chancelarias, o governo e o parlamento (bem como a sede da Frelimo, o partido no poder), por exemplo, estão sediados. O governo convida os insurgentes para fazer a paz, mas não explica como vai fazer a paz com eles quando ao mesmo tempo não consegue satisfazer as exigências da Renamo e da Junta Militar da Renamo, exigências essas que pela sua natureza são menos estruturantes em relação ao Estado do que (aparentemente) a dos insurgentes.

Os diferentes actores, domésticos e internacionais, se refugiam na barbaridade dos actos cometidos no teatro da guerra para embarcar em acções de caridade que mais parecem obscurecer sentimentos de mea culpa óbvia. Mesmo o espaço da sociedade civil, capturada e gerida tal como o Estado a partir de Maputo, pouco oferece em termos de propostas concretas de uma governação para a paz, tirando propostas que em pouco mudam a relação de poder entre as OSC e os actores sociais e políticos locais, ou mesmo em termos de uma maior voz no processo de tomada de decisão para as zonas onde residem aqueles que sofrem directamente com as atrocidades cometidas pelos dois lados no conflito.

Anexos: Tabelas de Causas Actores e Posicionamentos

Tabela 1: Causas da violência e actores proponentes			
Causas da Violência	Explicação sobre as causas	Soluções apresentadas	Actores
Económicas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Facilitar a rede internacional de tráfico de drogas. 2. Viabilizar as actividades informais e ilegais de mineração, pesca, etc. 3. Exclusão económica e expropriação de terras. 4. Falta de oportunidades de emprego. 5. A pobreza, que tem facilitado na criação da instabilidade 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Impulsionar o desenvolvimento da região e promover o emprego. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Renamo 1. OSC 2. MDM 3. EUA 4. Governo
Políticas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atingir o projecto de gás; 2. Inviabilizar toda e qualquer exploração dos recursos por parte dos “ocidentais”. 3. Desencorajar investimentos. 4. Falta de partilha de recursos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitar e equipar instituições da lei e ordem na luta contra o terrorismo e não mandar mercenários” para o combate, “saqueando recursos naturais”. 2. Envolvimento dos países vizinhos da região no combate à insurgência. 3. Criar condições para “uma negociação entre 	<ol style="list-style-type: none"> 1. PDD 2. OSC 3. Insurgentes 4. SADC 5. ONU 6. UE 7. FDS & M. do Interior

		<p>o Estado Moçambicano e os Cidadãos Moçambicanos” que “estão a apoiar” a “ofensiva Jihadista” no norte do país.</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Intervenção militar porque só assim podem parar a matança de civis e deslocados. 5. Os parceiros do país devem fornecer-lhe ajuda militar para combater os rebeldes em Cabo Delgado “sem hipocrisia”. 6. Apoiar o país no combate ao Jihadismo. 7. Perseguir e aniquilar os cabecilhas dos grupos terroristas. 8. Haver conciliação e equilíbrio entre a presença militar e a resolução de causas relacionadas com a exclusão e pobreza. 	
Religiosas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Há uma tentativa de estabelecer um califado em Cabo Delgado. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Explorar a possibilidade de negociação com as lideranças dos insurgentes, realizar diligências junto de lideranças religiosas na província de Cabo Delgado, islâmicas e católicas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. OSC

Tabela 2: Posicionamento dos diferentes actores sobre a violência política em Cabo Delgado em 2020

Actores	Posicionamento	Causas da violência Política	Possíveis soluções
Comandante em Chefe das FDS	O País está a ser alvo de agressão externa; o país está a ser alvo de agressão de indivíduos sem rosto; o país está a ser agredido por “forças estranhas”; o país está a ser agredido por assassinos, inimigos da paz.	Sem Motivos - Filipe Nyusi, garante que os terroristas que desgraçam vidas das populações e colocam em causa o funcionamento das instituições públicas e privadas, na província de Cabo Delgado, não têm nenhuma motivação;	Intensificação das respostas aos ataques militares e intervenção do Estado em questões sociais - Embora o PR reconheça a importância militar no combate a violência, diz que a solução para a violência em Cabo Delgado não é apenas militar, há necessidade de impulsionar o desenvolvimento da região e promover o emprego; Unidade nacional - a união de todos os moçambicanos é fundamental no combate ao terrorismo.
Militares	O Ministério da Defesa Nacional diz que o grupo que actua em Cabo Delgado, são extremistas islâmicos; são grupos armados de inspiração islâmica; Para o Ministério do Interior, são grupos que praticam “crimes contra a humanidade”.	Desconhecidas - Segundo o Comandante-Geral da PRM, os terroristas “são teimosos” e, pior ainda, “não dizem o que eles querem”;	Violência armada - “As FDS estão determinadas em perseguir e aniquilar os cabecilhas destes grupos”, o mesmo posicionamento é manifesto pelo ministério de Interior.
Governo	Os ataques são agressões ao país;	Não trata-se de intolerância religiosa - Mesmo sem justificar e indicar a principal causa da violência política	Dialogo - o Governo vem explorando a possibilidade de negociação com as lideranças dos insurgentes e, conforme apurado, realizou diligências junto de

		<p>em Cabo Delgado, a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Verónica Macamo, diz que no país não há problemas de intolerância religiosa, por isso, os ataques de insurgentes em Cabo Delgado, com esse argumento, são agressões ao país, no seu todo.</p>	<p>lideranças religiosas na província de Cabo Delgado, islâmicas e católicas.</p> <p>A Presidente da AR, Esperança Bias, apelou à reconciliação e ao fim de mortes de cidadãos inocentes e da destruição de infra-estruturas económicas e sociais, no centro e norte do país.</p>
<p>Partidos</p>	<p>Roque Silva convidou os Moçambicanos a compreender que o terrorismo em Cabo Delgado é movido por forças externas.</p> <p>Para o PDD, em Cabo Delgado, estamos diante de uma situação de banditismo.</p> <p>Para o MDM os ataques no norte do país são protagonizados por homens desconhecidos.</p>	<p>Não é movido pela intolerância religiosa - o secretário-geral da Frelimo, diz que os ataques dos Insurgentes em Cabo Delgado não devem ser associados a motivações religiosas, mas sim, a actos isolados que atentam contra a soberania e o desenvolvimento do país;</p> <p>Motivado por interesses económicos- Para o PDD, o terrorismo em Cabo Delgado é movido por interesses económicos, o grupo age no sentido de desencorajar investimentos.</p> <p>A Renamo olha para a exclusão social, a expropriação de terras, e pela falta de partilha de recursos como principais causas do conflito.</p> <p>Causas internas e externas, onde se destaca a pobreza a nível interno - Para o MDM as acções de</p>	<p>Para a Renamo, o Governo da Frelimo é que deve resolver a questão dos ataques armados, sem o envolvimento da Renamo</p>

		terrorismo nos distritos da província de Cabo Delgado podem ter origens internas e externas. Entre tais origens, David Simango aponta a pobreza, que provavelmente, pode ter facilitado ou criar a situação de instabilidade nos distritos nortenhos.	
OSC	<p>Analistas afirmam que o que está acontecer em Cabo Delgado não é terrorismo, mais sim ataques de Moçambicanos descontentes, estes afirmam ainda que os antigos combatentes estão a juntar-se às fileiras dos insurgentes</p> <p>Grupos fundamentalistas islâmicos</p> <p>Analista Salomão Moiane diz que os ataques terroristas são movidos por forças externas.</p> <p>Para João Bernardo Honwana, em Cabo Delgado o país enfrenta um grupo Jihadista.</p>	<p>Para o antigo reitor do ISRI, Agostinho Zacarias, os ataques tem motivações religiosas, este entende que entende que “há uma tentativa de estabelecer um califado em Cabo Delgado e o Estado Islâmico está a alastrar os seus tentáculos” com o intuito de “estabelecer a sua presença”.</p> <p>Causas económicas - Para Jacinto Veloso, estes grupos são movidos por interesses económicos, pretendem atingir o projecto de gás, mas diz que também existem outros objetivos. Cabo Delgado existe uma série de actividades informais e ilegais, que desenvolvem projectos de pedras preciosas, semi-preciosas, madeiras importantes, pesca de certos produtos, dentre outros.</p>	<p>Dialogo – Segundo analistas, é necessário que o governo procure dialogar com os insurgentes.</p> <p>Intensificação das acções militares - Investigadores da Universidade Joaquim Chissano defendem uma estratégia mais ofensiva por parte das forças governamentais, como possíveis soluções.</p> <p>Ajuda externa para o combate ao terrorismo -Para Salomão Moiane, o Governo deve mobilizar forças externas capazes de ajudar a acabar com este mal.</p> <p>Negociação - João Bernardo Honwana acredita que Moçambique pode, eventualmente criar condições para “uma negociação entre o Estado Moçambicano e os Cidadãos Moçambicanos” que “estão a apoiar” a “ofensiva Jihadista” no norte do país.</p> <p>Intervenção Militar - Bulama Bukarti que estuda os <i>Jihadistas</i>, diz que não há outra opção a não ser intervenção militar porque só assim podem parar a matança de civis e deslocados.</p> <p>Equilíbrio entre a presença militar e a resolução das</p>

			causas relacionadas com a exclusão e pobreza - Para o Observatório do Meio Rural, uma das possíveis soluções seria haver conciliação e equilíbrio entre a presença militar e a resolução de causas relacionadas com a exclusão e pobreza.
Igrejas	<p>A Comunidade Islâmica de Moçambique que se sente vítima indirecta da radicalização dos responsáveis pelas acções violentas no norte do país pela estigmatização e preconceito, tem repudiado os ataques terroristas e apoiado, as vítimas.</p> <p>As igrejas cristãs, para além das diversas formas de repudio aos ataques, têm levado a cabo acções de sensibilização para o apoio as vítimas do terrorismo.</p>	<p>O bispo de Pemba, Luiz Fernando Lisboa é uma das figuras que tem dado as caras nos posicionamentos da igreja, ligada o conflito a economia de guerra e diz que não há dúvidas que existem elites por fora e por dentro do país que estão a beneficiarem-se da economia da destruição de Cabo Delgado.</p>	<p>Luiz Lisboa pede a Portugal para ajudar a lançar o debate na União Europeia sobre o uso dos recursos naturais e o facto de existir, na sua opinião, um novo colonialismo em relação aos recursos em África.</p> <p>O Bispo de Pemba, D. Luiz Lisboa, pede a Portugal e União Europeia mais acções concretas para ajudar a enfrentar a crise humanitária que se vive em Cabo Delgado.</p>
SADC	<p>Jihadismo</p> <p>Grupos armados com alegada ligação com o "Estado islâmico"</p> <p>Grupo jihadista Estado Islâmico</p>		<p>Intervenção Sul africana - O académico sul-africano André Thomashausen defende que a África do sul deveria intervir em Cabo Delgado no âmbito de uma missão militar de paz regional e de reconstrução integrada daquela província de Moçambique.</p> <p>Intervenção da SADC - O Presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, disse, sem especificar o tipo de intervenção, que a Comunidade de Desenvolvimento da Africa Austral (SADC) está a preparar planos para intervir no conflito em Cabo Delgado.</p> <p>Para fazer face ao terrorismo que assola a região está em curso a criação de um Centro Regional de</p>

			Combate ao Terrorismo e espera-se que já esteja operacional em 2021.
ONU	Rebeldes		Ajuda militar - O representante do secretário-geral das Nações Unidas em Moçambique, Mirko Manzonei, considera que os parceiros do país devem fornecer-lhe ajuda militar para combater os rebeldes em Cabo Delgado “sem hipocrisia”.
UE	“jihadismo” fundamental.		Apoiar o país no combate ao Jihadismo
EUA	Os ataques têm “impressão digital” do Estado Islâmico Os terroristas que causam instabilidade em Cabo Delgado pertencem ao “DAESH” do Iraque	Trafico de drogas - A situação de crise militar e humanitária que se vive em Cabo Delgado, pode também estar ligada a redes de tráfico internacional de drogas, segundo a secretária de Estado para o Gabinete para os Narcóticos Internacionais dos Estados Unidos da América, Heather Merritt.	O chefe norte-americano das Operações Especiais em África, defende o envolvimento dos países vizinhos da região no combate à insurgência. Os EUA que querem ser o parceiro perfeitos dos EUA no Combate ao terrorismo no norte do país, apontam como possíveis soluções, capacitar e equipar instituições da lei e ordem, sendo que para os EUA lutar contra o terrorismo não é mandar mercenários” para o combate, “saqueando recursos naturais”. O senador norte-americano, Bob Menendez, defende que os Estados Unidos da América devem dar ajuda imediata a Moçambique contra a insurgência terrorista, focada no respeito pelos direitos humanos, melhoria das relações entre civis e militares e eficácia dos serviços sociais.
Insurgentes	Estado Islâmico Al-Shabab	Económicas - inviabilizar toda e qualquer iniciativa de exploração dos recursos por parte dos “ocidentais”, chamados de cruzados.	

--	--	--	--

FIM

O Centro de Estudos de Paz, Conflitos e Bem-estar (CEPCB) é uma organização moçambicana criada com o objetivo de contribuir, através de estudos, formações e debates, na promoção de ideais e práticas de pacificação, resolução de conflitos e bem-estar.

Actualmente, o CEPCB tem disponibilizado material ligado a violência em Moçambique designado Conflict Weekly e resumo de notícias sobre Covid denominado Covid Diary. As publicações do CEPCB são de acesso livre na página www.cepcb.org.mz e também podem ser solicitadas através do envio de um e-mail para a instituição: info@cepcb.org.mz. Para estar sempre atualizado, pode também nos seguir no facebook: <https://www.facebook.com/cepcb.centro>

- *This publication was sponsored by the Rosa Luxemburg Stiftung with funds of the Federal Ministry for Economic Cooperation and Development of the Federal Republic of Germany. This publication or parts of it can be used by others for free as long as they provide a proper reference to the original publication.*
- *The content of the publication is the sole responsibility the partner and does not necessarily reflect a position of RLS.*
- *Os resumos noticiosos, bem como outras análises publicadas pelo CEPCB, são de consulta livre, o acesso a ele pode ser solicitado através do email: info@cepcb.org.mz*

Maputo, Fevereiro de 2021

Equipa editorial:

Milissão Nuvunga, Daniela Joane, Sheid Eura, Eduardo Changule, Ermenegildo Madede, Dilvan Chivangue, Ernesto Wate, Figorcia Furuma e Isabel Matias

Parceiro:



The CEPCB brings weekly to citizens, politicians, and other decision-makers in the civil, community, and state fields, an analysis of violence in the country. This analysis shows how violence unfolds, and is organised into specific analytical categories. Violence in Mozambique *appears not only to be a common practice among political actors in the struggle for power, but also an instrument of production and reproduction of social, economic, and even individual survival relationships*. It is CEPCB's perception that the constancy of "violence" may be blocking the capacity to build a society of peace and prosperity. The different manifestations of violence seem to be intersecting and creating a rationality that builds the **citizen as a political subject product of violence** in Mozambique, and also builds **violence as an act of citizenship**.